



EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E O CONTEXTO POLÍTICO SOCIAL ECONÔMICO.

GABBI, Carmem Elisete¹

Educação. Cidadania. Formação Docente.

O trabalho que ora se apresenta faz uma síntese das leituras realizadas na disciplina de Educação, Política e Cidadania no Brasil². A Metodologia pautou-se em pesquisas bibliográficas e, os textos utilizados como referência da pesquisa têm por objetivo dialogar com os conceitos utilizados para definir cidadania, economia, política, capitalismo relacionados à formação do docente que vai atuar na educação tecnológica. Partimos do pressuposto de que o processo educativo ocorre quando o ser humano se percebe como integrante de uma sociedade e interfere nas mudanças que nela ocorre. Neste processo, Anísio Teixeira confere a posição de educadores a todos os segmentos da escola, sendo a interação entre diferentes profissionais o que vai definir o caráter educacional para um grupo social. Para a educação profissional, o educador criou a Escola de Ensino Técnico Secundário, pautada em princípios de autonomia, integração, solidariedade. Acreditava que a escola teria que ser a representação da organização de uma sociedade e, a organização do ensino ocorresse de forma a integrar a formação acadêmica à profissional. Atualmente, as políticas educacionais brasileiras sofrem influências de organismos internacionais que também interferem no mercado consumidor, como as metas estabelecidas pelo Banco Mundial e a abertura do mercado que atuam diretamente no modelo atual de gestão pública construído no contexto do neoliberalismo. Para atender tais políticas, cria-se o Plano Nacional de Educação (PNE) que foi aprovado em 2001. Este plano fornece um diagnóstico do sistema educacional brasileiro para todos os níveis de ensino. Dentre as metas estabelecidas para a Educação Profissional Tecnológica, destacam-se os seguintes princípios: compromisso com a redução das desigualdades sociais, desenvolvimento socioeconômico, vinculação à educação básica, escola pública de qualidade. Neste contexto, Miguel Arroyo chama a atenção sobre os movimentos sociais e, diz ainda que são esses movimentos democráticos que podem mudar a educação. Aí entra o papel fundamental da escola que é dar visibilidade ao cidadão fazendo com que ele sinta-se capaz de exercer seus direitos civis, sociais e políticos junto a esses movimentos. Os professores por sua vez devem proporcionar uma educação que seja capaz de questionar as consequências para a formação desse sujeito, o qual deve pautar-se nos limites do ético, do estético, do humano, um sujeito que consiga ocupar um espaço na sociedade, que tenha consciência de sua existência. Mas, como o professor vai trabalhar esses conceitos com os alunos se ele encontra-se fragilizado, desvalorizado? Atualmente esses professores ocupam-se com um contingente de alunos que necessitam sobreviver em meio a violência que toma conta dos espaços escolares. Para atender essa demanda, busca-se a valorização profissional dos educadores que deve ocorrer a partir de melhorias nas escolas, possibilitando ao professor sua valorização profissional, bem como melhorias salariais. Portanto, a construção de uma consciência de cidadania somente ocorrerá quando forem questionados os valores que sustentam a ordem social e a cultura política no contexto da educação escolar.

¹ Mestranda em Educação, UNISC, Bolsista FAPERGS/CAPES, cgabbi@ctism.ufsm.br

² Pesquisa realizada na disciplina do Prof. Dr. Cláudio José de Oliveira, coliveir@unisc.br